



2371 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 18 - Gênero, Sexualidade e Educação

Resgatando a história do movimento feminista brasileiro a partir de narrativas de mulheres idosas militantes
Márcia Alves da Silva - UFPel - Universidade Federal de Pelotas
Adriana Lessa Cardoso - UFPel - Universidade Federal de Pelotas
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

Resgatando a história do movimento feminista brasileiro a partir de narrativas de mulheres idosas militantes

Resumo: Este trabalho é um recorte de uma pesquisa maior, que tem como objetivo conhecer e sistematizar a trajetória do movimento feminista em uma cidade do sul do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, a partir do resgate das histórias de vida e das memórias das mulheres que participaram desse movimento, dando visibilidade as suas trajetórias de vida pessoal e militante que construíram o movimento na cidade. Trata-se de um estudo exploratório que busca resgatar o processo de construção do movimento feminista, a partir do olhar das próprias protagonistas do movimento, dando visibilidade as trajetórias de mulheres que transgrediram os papéis sociais demarcados para elas em suas juventudes, numa época que o esperado era que as mulheres tivessem suas rotinas de vida e trabalho restritas ao espaço doméstico. Para dar conta da proposta, o estudo utiliza referenciais da educação e dos estudos feministas. Com o trabalho de coleta, sistematização e análise dos depoimentos realizados até aqui tem sido possível resgatar aspectos fundantes da trajetória do movimento feminista na cidade investigada.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres idosas; Envelhecimento; Movimento feminista.

Resgatando a história do movimento feminista brasileiro a partir de narrativas de mulheres idosas militantes

Resumo: Este trabalho é um recorte de uma pesquisa maior, que tem como objetivo conhecer e sistematizar a trajetória do movimento feminista em uma cidade do sul do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, a partir do resgate das histórias de vida e das memórias das mulheres que participaram desse movimento, dando visibilidade as suas trajetórias de vida pessoal e militante que construíram o movimento na cidade. Trata-se de um estudo exploratório que busca resgatar o processo de construção do movimento feminista, a partir do olhar das próprias protagonistas do movimento, dando visibilidade as trajetórias de mulheres que transgrediram os papéis sociais demarcados para elas em suas juventudes, numa época que o esperado era que as mulheres tivessem suas rotinas de vida e trabalho restritas ao espaço doméstico. Para dar conta da proposta, o estudo utiliza referenciais da educação e dos estudos feministas. Com o trabalho de coleta, sistematização e análise dos depoimentos realizados até aqui tem sido possível resgatar aspectos fundantes da trajetória do movimento feminista na cidade investigada.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres idosas; Envelhecimento; Movimento feminista.

Introdução

Essa escrita tem como objetivo analisar memórias de mulheres idosas, focando em suas experiências na militância política voltada aos direitos das mulheres. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa que tem como intenção resgatar as memórias de mulheres que construíram o movimento feminista em uma cidade do extremo sul do Brasil, dando visibilidade as suas trajetórias de vida e militância que, de alguma forma, marcaram sua época e fizeram e fazem história. A pesquisa utiliza o referencial embasado nos estudos sobre mulheres e envelhecimento da antropóloga Mirian Goldenberg, da socióloga feminista Heleieth Saffioti, aliada a contribuições advindas da perspectiva do feminismo decolonial; e a metodologia baseou-se na perspectiva da história oral de vida.

Dessa forma, a pesquisa busca destacar as sensibilidades que surgem no processo de resgate de memórias e trajetórias de vida, referentes a construções sobre si mesmas e sobre o feminismo. Dessa forma, a intenção é, através do resgate das memórias de mulheres idosas, além de sistematizar a história do movimento feminista na cidade e região, conhecer as histórias de vida de mulheres hoje idosas e que tiveram participação política fundamental para o desenvolvimento do movimento feminista. Mulheres que foram protagonistas e fundadoras do que hoje podemos chamar de movimento feminista.

Destacamos que, com essa proposta, também buscamos realizar uma homenagem a essas mulheres lutadoras que transpuseram barreiras enormes na luta pelos direitos das mulheres, numa época em que às mulheres cabiam apenas o espaço doméstico e o recolhimento do lar, conforme nos mostra diversas obras sobre as histórias das mulheres no Brasil, como em Bauer (2001), Pinsky e Pedro (2012), Del Priore (2011, 2013, 2011a, 2007), entre outras.

Se percebe no Brasil uma carência de estudos sociais e historiográficos que alie teoria feminista e o marcador geracional. Dito de outra forma, são raros e escassos os estudos de cunho feminista sobre as mulheres idosas. No Brasil, de forma geral, o envelhecimento ainda é visto de forma atrelada à ideia de morte, de finitude, aliada a noção de incapacidade e de limitação. Portanto, temos percebido que os estudos mais

realizados com pessoas idosas advêm da área da saúde.

Aposta-se na construção de um campo de pesquisa que permita, a partir do trabalho de coleta, sistematizar e analisar as narrativas, identificar as compreensões das participantes no que se referem a vários aspectos, como família, papéis sociais e de gênero, trabalho, formação, feminismo, etc.

Neste texto apresentamos aspectos oriundos das narrativas de mulheres militantes com mais de 60 anos de idade, período considerado como pertencente à categoria idoso/a pelo Estatuto do Idoso, do Brasil. Essas mulheres foram identificadas como tendo participações políticas destacadas na época, a partir da indicação de Conselheiras que fazem parte atualmente do Conselho Municipal das Mulheres da cidade. De forma geral, trata-se de mulheres que, de certa forma, ainda são engajadas na militância e no movimento, a ponto de terem reconhecimento das mulheres mais jovens.

Dito isso, parto para a estrutura da escrita. Antes de apresentar aspectos das narrativas, apresento elementos advindos do referencial teórico e metodológico adotado para, na sequência, problematizar alguns dados produzidos nos depoimentos, a partir das narrativas das mulheres participantes da pesquisa.

Sobre os referenciais adotados: aproximando envelhecimento e história oral

O envelhecimento pode ser definido como um processo biológico que atinge todas as pessoas. Embora haja inúmeras variações, sabe-se que essas alterações metabólicas e funcionais começa em torno dos 25 anos de idade.

Pesquisas sobre o envelhecimento, realizadas no Brasil, indicam que o processo de envelhecimento é discutido sob vários enfoques. Segundo Torres e Camargo,

Na perspectiva biológico-comportamentalista, os idosos aparecem como portadores de múltiplas doenças, as quais o indivíduo e a sociedade devem procurar retardar. Na economicista, as investigações preocupam-se em situar o lugar dos idosos na estrutura social produtiva, centrando as análises na questão da ruptura com o mundo produtivo do mercado de trabalho, especificamente, na questão da aposentadoria. A perspectiva sociocultural argumenta que, embora as questões demográficas ou econômicas sejam plausíveis como justificativa de reformulações de políticas públicas dirigidas à população idosa, elas são insuficientes para revelar e explicar a totalidade dos fatos que emergem do envelhecimento como categoria analítica. Para a abordagem transdisciplinar, o envelhecimento é percebido como fenômeno natural e social que se desenvolve sobre o ser humano, único, indivisível, que na sua totalidade existencial defronta-se com problemas de ordem biológica, econômica e sociocultural que singularizam seu processo de envelhecimento (2012, p. 95).

Dessa forma, embora se perceba o entendimento sobre envelhecimento incluir diversos enfoques, é possível identificarmos que as diversas compreensões se aproximam no que se refere a percepção sobre "problemas" relativos a essa fase da vida humana. Assim, o que temos vistos no Brasil no que se refere a pesquisas acadêmicas com/sobre a população idosa do país são investigações na área da saúde principalmente, e atuando na lógica do binômio saúde-doença.

A pesquisa desenvolvida aqui busca tratar a pessoa idosa de outra maneira. Busca-se não apenas resgatar a trajetória do movimento feminista a partir das falas das mulheres que se envolveram na época com a construção do movimento, mas procuramos uma aproximação com as vivências e trajetórias atuais também dessas mulheres, compreendendo-as nas suas especificidades, valorizando suas trajetórias individuais, compreendendo-as como participantes de uma história muito maior, que é a história das mulheres, especialmente as latinoamericanas.

A partir dessa perspectiva, a história oral de vida se coloca como uma metodologia viável para essa investigação, pois apresenta-se como forma de captação de experiências de pessoas que se dispõem a falar sobre aspectos de vida em composição com o social, onde a entrevistadora e a entrevistada são reconhecidas como colaboradoras na oportunidade de entrevista (Meihy, 2007). A condição essencial para que aconteça a história oral é o contato direto com as depoentes, ao mesmo tempo que é reconhecido o estabelecimento do vínculo como elemento dessa etapa de coleta de dados, onde o encontro é fundamental, pois se não houver contato direto não haverá história oral, Meihy (1996).

Dessa forma, a história oral coloca as narrativas como ponto central de análise. A valorização metodológica é centrada no recolhimento das entrevistas, na transcrição posterior e por fim nos resultados afinados com o sentido das entrevistas (Meihy, 1996). A história oral pode existir em três modalidades: história oral de vida; história oral temática e tradição oral. A modalidade abordada por esta pesquisa foi a história oral de vida, que teve como lastro principal o vínculo de confiança entre a pesquisadora e as idosas, respeitando as histórias de vida e as subjetividades envolvidas, com a devida atenção as experiências de cada uma das idosas, fator presente em todas as etapas das entrevistas.

Movimento feminista brasileiro

Já no início da conversa, é bom destacar a dificuldade, ou até impossibilidade, de se escrever a trajetória do movimento feminista no Brasil, tendo em vista a natureza fragmentada desse movimento que, longe de possuir uma trajetória retilínea, sempre se construiu a partir de múltiplas e diversas manifestações e objetivos.

Conforme destaca Pinto (2003), reconstruir a história de um movimento fragmentado, cujas manifestações vão desde reuniões privadas até grandes manifestações em espaços públicos, exige escolhas estratégicas, até porque é preciso reconhecer que reuniões privadas com a presença de poucas pessoas podem causar grandes impactos a longo prazo.

Dessa forma, nossa estratégia foi tentar recontar a trajetória do movimento na cidade, a partir do resgate das trajetórias de vida das mulheres envolvidas na época. Essa escolha se deu baseada na intenção de conhecer o cotidiano dessas mulheres, incluindo suas lutas diárias nos espaços privados, já que o feminismo sabe que boa parte das histórias das mulheres não se deram em grandes espaços públicos, mas na invisibilidade dos lares, no interior das relações familiares.

Enquanto que nas décadas de 60 e 70 do século passado tanto nos Estados Unidos como na Europa o feminismo se desenvolvia alicerçado em mudanças políticas profundas, como o período pós-guerra do Vietnã, que desnudava um capitalismo que estava distante de incluir à todos e todas. Somado a isso, haviam diversos conflitos raciais que visibilizava um capitalismo racista. Na Europa se fragilizava a esperança

comunista com a visibilidade dos exageros do regime stalinista.

Dessa forma, enquanto na Europa e nos estados Unidos tínhamos cenários que possibilitavam grandes mudanças políticas e sociais, no mesmo período no Brasil o quadro era bem mais dramático, pois o país vivia sob a bandeira da ditadura militar, onde toda e qualquer manifestação social e popular era fortemente barrada, com violência e mortes.

No entanto, para Pinto (2003), mesmo nesse período marcado por tanta repressão, podemos dizer que ocorreu um movimento feminista, especialmente com a presença de movimento de mulheres das classes médias brasileiras. Para a autora,

[...] foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona de casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre, (2017) outros. (2003, p.43)

Esse contexto apareceu nos depoimentos que coletamos. Resgatando sua trajetória, uma das mulheres pesquisadas conta sobre sua aproximação com as pautas feministas:

Setenta e quatro ainda estava tendo muito assassinato político e tudo, até setenta e seis setenta e sete a gente tem os crimes políticos e, então eu comecei assim a ter simpatia pelo movimento de esquerda[...] e no fim eu optei pelo caminho da esquerda, que aí comecei a ir nas manifestações e tal, como que surgiu o movimento de mulheres pra mim? aí eu volto de novo na questão da carestia, porque era o seguinte: o movimento de mulheres na época ele era um movimento vinculado a luta geral por exemplo, [...] Dentro do MDB jovem que era mais progressista "juntar as mulheres da vila" para "lutar junto contra a carestia", "chamar mais mulheres pra lutar contra a ditadura" ... então né, não era o movimento feminista (Maria, 2017).

Merece destaque a atuação das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (as CEBs). Era uma organização já presente desde a década de 40 e que atuava fortemente com diversos perfis de mulheres. Para as mulheres das classes médias incentivava a criação de clubes de mães, assumindo a organização de pautas típicas das mulheres donas de casa e consumidoras, adaptadas ao capitalismo burguês. Já para as mulheres das classes populares, as CEBs organizavam diversas campanhas de arrecadação de produtos, criavam cursos visando inseri-las no mercado de trabalho, mesmo em condições de trabalho precárias, como cursos de costureiras e de alimentos, etc. Ainda hoje as CEBs atuam no país, inclusive uma das mulheres participantes da pesquisa aqui relatada atua nas comunidades católicas de base. Mesmo estando aposentada, o que a afastou de sua atuação no sindicato de sua categoria, ela continuou atuante nas CEBs, organizando semanalmente pautas com as mulheres da periferia da cidade.

Esses aspectos demonstram a dupla faceta do movimento feminista brasileiro, que sempre esteve pressionado por esses dois elementos: de um lado havia a necessidade de se lutar por pautas específicas das mulheres, envolvendo a necessidade de mudanças nas relações de gênero, mas por outro lado, haviam outros aspectos vinculados a um cenário de grandes e profundas desigualdades sociais, nas quais se mesclavam outros temas, como a luta contra a fome, o racismo, etc. Paralelo a isso, havia a desigualdade dentro dos próprios movimentos de esquerda, o que ampliava as dificuldades de avanço do movimento, pois vivia em um ambiente desfavorável, já que na política mais ampla o país vivia sob a égide de uma ditadura, onde todas as lutas sociais eram sufocadas e mesmo nos movimentos e partidos progressistas haviam desigualdades de gênero e a preocupação maior era a luta pela restauração da democracia no país. Essas questões deixavam o movimento feminista brasileiro frágil. Várias mulheres que foram nossas interlocutoras na pesquisa falaram sobre as dificuldades que enfrentavam nos partidos políticos no qual atuavam na época, pois não se percebiam como ouvidas e reconhecidas nos espaços partidários. Suas narrativas demonstraram que não se percebiam devidamente respeitadas (no aspecto político) pelos companheiros de partido, que não se interessavam pelas pautas de gênero que elas tentavam trazer. Inclusive elas não se sentiam à vontade para falar em público nas plenárias ou em outros espaços coletivos das rotinas partidárias.

Hoje existe uma compreensão maior dessas questões, no qual o feminismo tem se debruçado, por entender as relações de poder implementadas pelo patriarcado, machista e misógino. No Brasil, destacamos a elaboração de pesquisadoras feministas brasileiras, como Heleieth Saffioti (2013), que no final da década de 60 defendia uma tese marxista na área de sociologia, sobre as mulheres brasileiras, incluindo a defesa de uma interseccionalidade (embora não usasse esse nome) entre gênero, raça e classe social.

É preciso compreendermos que a década de 80 no Brasil foi marcada pelo processo de abertura política e de redemocratização. Assim, o movimento feminista brasileiro toma outro rumo, diferentemente do feminismo europeu ou norte-americano, passando a lutar pela ocupação de espaços políticos e de luta por uma institucionalidade que incorporasse as pautas das mulheres. Temos o período de criação das Delegacias da Mulher (a primeira foi criada em 1985), de Conselhos (tanto municipais, como estaduais e federal) de Mulheres e também de uma presença de mulheres em cargos eletivos (embora se saiba que esse número até hoje é muito incipiente). É possível destacar que essa década foi onde houve uma maior organização de mulheres na cidade pesquisada, conforme os depoimentos.

Uma das pautas que mais mobilizou as mulheres brasileiras a partir da década de 80 se refere ao combate à violência doméstica. No Brasil, a questão da violência contra a mulher historicamente foi vista de forma naturalizada, algo comum e referente apenas ao espaço privado, onde ninguém deve se envolver, nem as instituições legais possuíam amparo para isso. A concepção patriarcal de família dominava, e aos homens era permitido, tanto legalmente como socialmente, o uso da violência contra as mulheres da residência. Assim, a partir do processo de reabertura política no país, essa pauta passou a ser assumida fortemente pelas mulheres, especialmente por aquelas que já estavam inseridas e com atuação em espaços sociais e/ou políticos de militância.

Dessa forma, a partir da década de 80 surgem no Brasil diversas organizações – especialmente Organizações Não Governamentais / ONGs[1] – que passaram a denunciar e buscar apoio às mulheres vítimas de violência doméstica. Na década de 90 tivemos uma enorme profusão de ONGs atuando nessa perspectiva. Esse foi o contexto de criação de uma ONG na cidade pesquisada, que foi uma das primeiras ONGs feministas do país e ainda em atividade nos dias de hoje, com sede na cidade abordada na pesquisa.

A construção do movimento feminista na cidade pesquisada

Destacamos aqui alguns dados referentes a narrativas de três mulheres pesquisadas. Uma delas, que chamaremos aqui de Maria (nome fictício) teve na juventude sua participação política e militante vinculada ao movimento estudantil e partidário, hoje é professora universitária e participa ativamente do mesmo partido político. Outra, que denominaremos aqui como Ana, participava ativamente das comunidades eclesiais

de base (as CEBs) da Igreja Católica e do sindicato dos professores, também atuou de forma mais ativa na política partidária. Atualmente está aposentada da docência, foi professora da rede pública estadual de ensino e atuante no Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPEERGS). Finalmente, a última, que vamos chamar aqui de Rosa, teve sua atuação vinculada ao sindicato, mais especificamente, na luta pelos direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Também militou em partido político. Foi empregada doméstica durante bastante tempo e hoje está aposentada dessa profissão. Ao contrário das demais, Rosa é negra e oriunda de família muito pobre. Em função disso enfrentou grandes dificuldades financeiras que a impossibilitou de estudar, por exemplo. Temos aí dois marcadores sociais – raça e classe social - que a colocou em outro contexto de vida, diferente das outras duas mulheres.

Mas existem aproximações determinantes nas três mulheres investigadas: tratavam-se de mulheres que possuíam uma militância, que poderia não ser diretamente vinculada as causas feministas da época, mas que foram espaços importantes de formação para elas e que funcionaram, para que elas se aproximassem com as lutas pelos direitos das mulheres.

Desse modo, podemos constatar que foram nesses espaços que, de uma forma ou de outra, com avanços e recuos, essas mulheres passaram a se sensibilizar pelas causas de gênero, até porque, por serem mulheres, demonstraram em seus depoimentos sentirem a discriminação advindas de seus companheiros de luta política, homens militantes.

Outro aspecto se refere a conjugalidade. No maior período de tempo em que estiveram na militância política em seus espaços de atuação, as três mulheres estavam solteiras. Embora morassem com seus familiares, viviam outros papéis sociais, como filhas, irmãs, etc., mas não eram casadas e nem tinham filhos. Saliento que Ana (liderança das CEBs que até hoje trabalha com mulheres na periferia da cidade em comunidade católica) se manteve solteira, nunca casou e não teve filhos, pois admitiu que não se submeteria a esse papel. Na entrevista, foi possível perceber a visão negativa que ela possui sobre o casamento, pois o percebe como uma amarra, uma mordada para as mulheres. Até hoje ela atua com mulheres e convive diariamente com mulheres que sofrem violência doméstica.

Rosa, trabalhadora doméstica, hoje aposentada, foi casada, mas se separou e alegou que o principal motivo foi sua participação política militante, que o marido não aceitava. Esse confronto gerou a separação do casal. Dessa relação ela tem uma filha que, sendo contemplada pela política de cotas raciais, recentemente se formou em uma universidade pública, o que se percebeu ser um motivo de muito orgulho para essa mulher e mãe. Para ela, a maternidade não pareceu ser um problema ou um empecilho para o exercício da militância, pois teve a ajuda de familiares (outras mulheres) na criação de sua filha. O casamento, ao contrário, era um forte impedidor do exercício de sua atuação sindical.

Maria casou mais tarde, após estar formada e inclusive atuando como docente universitária. Afirmou que nunca imaginou casar, mas isso acabou acontecendo. Importante dizer que o companheiro também teve (e ainda tem) uma trajetória militante. Dessa relação possui dois filhos, um homem e uma mulher, hoje ambos adultos. Foi possível perceber que, em função de sua formação política, que começou ainda no movimento estudantil, não se imaginava cumprindo os papéis sociais tradicionalmente esperados por uma mulher, especialmente em relação ao casamento. No entanto, em relação à maternidade, foi possível perceber que as suas duas gestações foram desejadas e planejadas por ela.

Todas as mulheres participantes citaram um acontecimento específico que, segundo elas, marcaram a luta das mulheres contra a violência de gênero na cidade. Trata-se de um assassinato de uma jovem mulher, na época estudante universitária, que foi assassinada pelo seu ex-companheiro – que não aceitava a separação – na rua, em frente a uma universidade na qual ela estudava na década de 80. Na época não se falava no termo feminicídio, mas esse assassinato mobilizou as mulheres da cidade, especialmente as mulheres como as entrevistadas, que já possuíam algum tipo de participação política e militância social que, organizadas coletivamente, pediam por justiça. Percebemos que esse evento marcou a sociedade pelotense da época e, especialmente as mulheres, que passaram a lutar ativamente contra a violência. As três mulheres participaram de mobilizações sobre essa pauta.

Esse episódio abriu na cidade uma luta por políticas públicas para as mulheres. Podemos dizer que esse foi o estopim que veio ter como consequência, mais adiante, a criação da Delegacia da Mulher na cidade e outros espaços de promoção de direitos das mulheres, como uma Casa de Acolhida às mulheres vítimas de violência. Outro espaço importante criado a partir desse episódio na cidade, foi a ONG já mencionada, pois foi o espaço que aproximou as mulheres militantes (como as três investigadas e outras) em função da luta contra a violência contra as mulheres, pauta que elas percebiam ser pouco incorporada em seus espaços de atuação naquele momento. As três mulheres que participaram da investigação tiveram uma aproximação e envolvimento com essa ONG, especialmente no período de sua fundação.

Com a ampliação da pauta política das mulheres, advindas a partir da reabertura política da década de 80 no Brasil, as mulheres pesquisadas também ampliaram seus leques de atuação nos espaços políticos de poder. Tanto Maria como Rosa foram candidatas ao legislativo municipal por seus partidos políticos (uma foi candidata à vereadora pelo Partido Comunista do Brasil e outra pelo Partido dos Trabalhadores), o que não chegou a se efetivar com nenhuma das duas.

Outro aspecto importante a ser destacado é sobre o movimento feminista atual. As mulheres participantes da pesquisa tem sido indagadas sobre suas compreensões sobre a juventude feminista da atualidade. Especialmente Maria, como professora universitária, demonstrou estar atenta ao movimento feminista acadêmico, pois sabemos que nas universidades brasileiras existem diversos coletivos feministas e de gênero. Sobre o contexto atual disse:

A nossa atuação comum agora nos últimos tempos... Eu tenho feito uma verdadeira cruzada para que se avance na questão da mulher. Tá que eu acho que a discussão mesmo, a que acontece na universidade, eu tenho altas críticas, porque eu acho que é uma coisa específica, só o problema da mulher, onde a mulher se vitimiza, porque passaram a mão, porque abusaram em festa... Não estou falando que não é real, claro que ela sofreu a violência, porque depois não me entendam mal, eu acho que ela sofre aquela violência realmente, só que ela entra num processo de se vitimizar em grupo. Então, vai lá para um grupo de mulheres, fica discutindo aquilo... ahhh, como os homens são machistas... tchê!!! [colocou as duas mãos na cabeça] Por aí a coisa não vai avançar, por aí não vai avançar né? Eu vejo muito dessa coisa, para mim só vai avançar com a discussão de gênero de forma mais profunda, com teoria[...] Gênero é um assunto difícil discutir porque ele não é superficial (Maria, 2017).

Dessa forma, é possível percebermos o pensamento de Maria sobre o movimento feminista atual, onde ela demonstra uma preocupação com o contexto do movimento feminista universitário, onde percebe certas fragilidades e defende o aprofundamento teórico como forma de fortalecer o movimento.

Já Ana abordou o movimento feminista atual de forma mais positiva, salientando a ferramenta das redes sociais, tão utilizadas pela juventude.

A gente vê muito nas redes sociais, eu acho que tem coisas muito positivas, claro é completamente diferente da minha juventude, onde nós éramos de certa forma reprimidas. Eu sabia que nós éramos reprimidas no sentido de liberdade pessoal e tudo, eu sou do tempo que o

namora era com acompanhante, baile não podia: "mais Deus o livre"... Então esse processo de agora é completamente diferente, é ótimo, é muito bom, eu vejo que as redes sociais predominam e tem muita superficialidade nesse processo, nesse tema aí, pode ser até moda. Isso é uma questão minha assim, e eu tenho que discutir isso melhor com algumas pessoas, mas eu acho que tem coisas que é "modismo", mas tem outras coisas que são muito interessantes, que são movimentos autênticos. Não sei se tá agora assim, mas eu acho que tem mais ganhos, eu acho que o movimento feminista tem mais ganhos hoje, até em função desse lado positivo das redes sociais... acho ao mesmo tempo...mas claro tudo tem um lado negativo (Ana, 2017).

No depoimento de Ana se percebe que ela, embora relativizando, tem uma visão mais otimista do movimento feminista atualmente. Salienta que as redes sociais permitem uma maior visibilidade e participação das mulheres. Já Rosa possui uma visão totalmente otimista sobre a atuação das mulheres jovens militantes, o que fica nítido na sequência a seguir: "*o feminismo que vejo em mim é um coletivo feliz e não massa de manobra[...]* Eu acho legal as jovens, elas extravasam, não dá para a pessoa dizer que não viu, tanto homem quanto mulher, tem mulher machista. E as jovens estão com a bola da vez" (Rosa, 2017).

Considerações finais

De forma geral as mulheres participantes procuravam não detalhar muito suas experiências de vida privada. Suas vivências sociais e políticas pareceram motivá-las mais ao diálogo conosco. Embora reconheça que pode ser uma estratégia para não se exporem, pensamos que possa haver outras explicações possíveis, como a desvalorização social do espaço privado em preferência ao público, pois sabemos que a história sempre valorizou os acontecimentos das esferas públicas em troca da invisibilização do espaço doméstico. Dessa forma, um jeito que encontraram para se auto afirmarem pode ter sido valorizarem suas atuações públicas, pois podem considerar que isso é que possui maior valor social. Portanto, é possível imaginarmos que elas podem corroborar com uma visão de que é mais importante o que acontece nos espaços públicos do que privados, pois elas aprenderam, a duras penas, que teriam que, de certa forma, disputar terreno com os homens para verem incorporadas suas pautas, tanto sociais como políticas.

Celia Amorós (1994) vai problematizar a constituição do espaço público na lógica da modernidade, como espaço de decisão e de lócus de poder. Para ela, a constituição do conceito de cidadania, na lógica do capitalismo moderno, vai estar entrelaçada com o público e não com o privado. Talvez essa seja uma explicação do motivo pelo qual as mulheres buscavam ocupar e ter visibilidade neste espaço, pois lá é que se daria o exercício da cidadania.

Pensamos que seja necessário problematizar essas concepções, pois atualmente o feminismo vem lutando pela visibilização e valorização do que acontece no espaço privado, como o trabalho doméstico, pois a ideia de que o público e o privado existem como dimensões distintas da vida ocultam sua complementaridade na produção de oportunidades para os indivíduos (Biroli, 2014, p.35). Hoje sabemos que as desigualdades de gênero estão intimamente ligadas aos espaços público e privado, tanto nas abordagens teóricas, como nas instituições e na vida cotidiana. Por isso, a necessidade de descortinar o privado, tanto quanto o público. Temos aí a justificativa que alicerça nossa investigação, pois nos interessa tanto quanto conhecer a atuação política dessas mulheres na construção do movimento feminista na cidade; como suas rotinas de vida em seus espaços privados.

Finalizamos essa escrita afirmando que é necessário reconhecer que o panorama sobre a população idosa vem se alterando radicalmente, tanto a nível mundial como a nível de Brasil. Concomitante a visão que percebe a pessoa idosa como ultrapassada, é importante reconhecer que na atualidade, graças aos avanços da medicina e equipamentos urbanos que tem aumentado bastante a expectativa de vida das pessoas, cresce uma outra concepção sobre a pessoa idosa. Em grande medida incentivada pelo capitalismo consumista, que percebe a pessoa idosa como ainda possível de ser explorada na lógica do trabalho e do lucro, se estabelece uma visão que percebe a pessoa idosa como produtiva, independente e, porque não dizer, saudável. Incentivada pela mídia de massa, essa compreensão incentiva a possibilidade do exercício de uma outra velhice, mais ativa e positiva.

Dessa forma, também é importante que se problematize essas novas concepções, que podem mascarar um ideário nefasto que, longe de demonstrar reconhecimento e autonomia, pode carregar consigo o aprofundamento das desigualdades sociais em um país que já carrega consigo, em sua história, tantas marcas de enormes diferenças entre as pessoas. Embora essa investigação não abarque diretamente essas questões, quando se fala sobre envelhecimento essas novas concepções sobre velhice são trazidas à tona, e não devemos e nem podemos nos furtar dessa discussão. São novos desafios para o campo acadêmico e para o desenvolvimento da ciência.

No entanto, podemos afirmar que as mulheres que trazemos nessa escrita estão em plena atividades, dominando suas rotinas e suas vidas, com autonomia e saúde, tanto física como mental e social. São mulheres idosas, ativas, atuantes, atentas ao período histórico atual e que continuam defendendo pautas coletivas e feministas.

Referências

- AMORÓS, Célia. **Feminismo: igualdad y diferencia**. México: UNAM, 1994.
- BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã; Pulsar, 2001.
- BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p.31-46.
- DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011a.
- DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MEIHY, José Carlos. **Manual de história oral**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MEIHY, José Carlos; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PINSKY, Carla; PEDRO; Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINTO, Céli. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TORRES, Tatiana e CAMARGO, Brígido. Aspectos metodológicos na pesquisa com idosos em ciências humanas e sociais. In: TURA, Luiz Fernando Rangel e SILVA, Antonia Oliveira (Orgs.). **Envelhecimento e representações sociais**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2012. p.89-113.

[1] A crescente presença das ONGs e as transformações que elas representam no movimento feminista devem ser examinadas à luz do próprio modelo institucional desse tipo de entidades, que se constituem como organizações privadas sem fins lucrativos, e gem por meio de projetos destinados a populações específicas ou à defesa de causas específicas. Essas organizações são financiadas primordialmente por fundações internacionais, mas em alguns casos recebem dinheiro do próprio governo, numa espécie de terceirização de serviços e responsabilidades. Esse modelo de funcionamento, ainda que provado ser muito econômico, traz uma série de limitação: muitas vezes as ações das ONGs são pautadas pela agenda das fundações internacionais e função dos critérios estabelecidos para a dotação de fundos. Outra questão presente nesse tipo de organização é a institucionalização. Mesmo quando uma ONG surge a partir de militantes de um movimento social organizado, os compromissos que ela assume para sua própria sobrevivência transformam completamente o caráter de sua militância. A feminista não deixa de ser feminista no momento em que cria ou se associa a uma ONG, mas passa a falar de um lugar institucional que a diferencia de outras feministas que estão em outras instituições. (Pinto, 2003, p. 96)